

Educação, Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade

Luciana de Oliveira Dias¹

É de destacável importância a realização, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), de um seminário, acontecido em maio de 2023, quando foram cumpridos 120 dias da eleição presidencial que, no Brasil, representou uma espécie de retomada da democracia. O *Seminário 120 dias de reconstrução* permitiu a reunião de discussões ampliadas, qualificadas e aprofundadas sobre um período “de reconstrução” que marcou a história recente deste país.

Importa lembrar que o período da gestão presidencial compreendido entre os anos de 2019 e 2022 foi caracterizado pela reinserção do Brasil no Mapa da Fome; pelo aumento da inflação em geral e dos preços da gasolina, diesel e gás de cozinha; pelo aumento do endividamento familiar, do desemprego e da informalidade; pela redução do poder de compra do salário mínimo; pela morte de milhões de brasileiros em decorrência da má gestão da pandemia de Covid-19; pela fragilização de lutas antidiscriminatórias e fortalecimento de negacionismos, preconceitos, discriminações e fobias sociais de toda espécie; etc. Portanto, foi um período que pode ser entendido como um período de destruição.

Para abordar, portanto, a reconstrução recentemente iniciada no ano de 2023, foram organizados, no *Seminário*, painéis de discussões sobre temáticas como: direito à saúde; questões ambientais, territoriais e políticas

¹ Professora de Antropologia da Universidade Federal de Goiás.

relativas a comunidades tradicionais e povos indígenas; educação; ações afirmativas; enfrentamento às violências e promoção da igualdade. A reunião de especialistas, estudiosos e gestores resultou em reflexões altamente qualificadas e propositivas e também em relatorias cuidadosas para que as discussões acontecidas no Seminário servissem de insumo para os dias, meses e anos seguintes de reconstrução da destruição e de retomada democrática.

No âmbito daquele Seminário, coube a mim coordenar o bloco de discussões sobre educação e ações afirmativas na promoção da igualdade, um conjunto de discussões que foi relatado pelo professor da Universidade de Brasília (UnB), Guilherme Sá. Aceitar o desafio de coordenar um debate que se instaurou acerca da educação, ações afirmativas e promoção da igualdade no contexto do *Seminário 120 Dias de Reconstrução*, promovido pela ABA, possibilitou a mim a conexão com enunciações reveladoras de pensamentos e ações que congregam múltiplas dimensões, especificamente as “políticas, teóricas e afetivas”, como enumeradas pela professora Vera Rodrigues, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

A educação básica e a desigualdade foram tratadas pela professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Maria Tereza Gonzaga Alves, que destacou, em toda a sua fala, que é dever do Estado assegurar a educação básica a toda criança e adolescente no Brasil. Um destaque é que, feito pela demonstração de dados de órgãos do Estado, como aqueles do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), revelam índices preocupantes de acesso à escola, permanência (trajetória interrompida ou evasão) na escola e níveis de aprendizado de estudantes do ensino básico. Índices preocupantes porque indicam que a escola é um filtro social, com uma presença significativamente menor no ensino médio, quando comparada ao ensino fundamental.

A palestrante destacou o quanto é importante, ao pensar sobre as ações afirmativas, considerar que um grupo significativo de jovens que é

esperado para o ensino médio sequer ascende a esse nível de ensino devido a uma exclusão silenciosa. Há uma distância grande entre o quantitativo de estudantes que tem acesso e o quantitativo que tem garantida a permanência na escola, quando se detém aos dados do ensino básico. Esse destaque feito me leva a buscar algum avanço nas críticas sobre a efetiva democratização do ensino básico, que antecede o ensino superior.

Questões elementares precisam de respostas urgentes para que o país possa avançar na promoção da igualdade, pontualmente a étnico-racial, na educação em todos os níveis. As questões mais urgentes que me ocorrem são: por que as questões étnico-raciais são tratadas ainda hoje — transcorridos 20 anos da Lei 10.639, que obriga o ensino de história da África e cultura afro-brasileira —, de maneira pontual e folclorizada? Por que as desigualdades étnico-raciais, além de todas as outras desigualdades estruturais e iniquidades sociais, ainda hoje, não são enfrentadas para o seu aniquilamento? Como dismantelar uma estrutura societária que reproduz, em todos os seus setores, relações desiguais, discriminatórias e excludentes de sujeitos pertencentes a segmentos socioculturais e historicamente discriminados? Por que as políticas públicas de inclusão e ações afirmativas não se efetivam amplamente?

Sinalizações de respostas a questões como essas e outras tantas são acionadas pela palestrante, ao considerar o atual cenário de reconstrução. Destaca que é imprescindível desencadear uma luta transformadora de realidades desiguais, o que pode se dar pela reconstituição de espaços de luta, tais quais o Fórum Nacional de Educação (FNE) e o Plano Nacional de Educação (PNE), que foram recompostos nestes primeiros dias do ano de 2023 e que tematizam as ações afirmativas como possibilidade de promoção da igualdade.

A educação escolar indígena é tratada pela doutoranda em Antropologia Social pela UnB, Rosilene Cruz de A. Tuxá, integrante da Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogos (ABIA). A abordagem aos desafios que temos que enfrentar para avançar nas políticas de ações afirmativas, pontualmente aos povos indígenas, foi feita, destacando o

descompasso entre o que orienta a legislação e a oferta da política de educação escolar indígena no Brasil, em todos os níveis.

A educação escolar para os povos indígenas precisa ser transformada, deixando de ser impositiva e assegurando a autonomia e o plurilinguismo. É fundamental uma politização das escolas indígenas, ou seja, que valorize as línguas indígenas, que seja intercultural, multidisciplinar, comunitária, descolonizada e que reconheça a importância de que os agentes da escola sejam indígenas participantes de todo esse processo. Cabe ao Estado assegurar um ambiente politicamente adequado, pensado em rede, para a construção dessa educação escolar indígena.

A palestrante relembra a atuação dos movimentos sociais para fazer uma defesa das políticas de ações afirmativas promotoras de um tratamento diferenciado aos povos indígenas, mas não somente, mas também para realizar uma educação promotora da igualdade. Realça que a garantia de acesso não é suficiente para a democratização da educação aos estudantes indígenas, asseverando que as políticas de permanência são definidoras para o cumprimento de uma formação superior para estudantes indígenas. A luta pela permanência deve ser constante e a bolsa permanência tem sido discutida neste novo cenário governamental e também no *Acampamento Terra Livre*.

A professora da UNILAB, Vera Rodrigues, apresenta uma reflexão propositiva, que colabora com a ideia de reconstrução e também de oposição aos negacionismos, além de enfrentamento a cruéis processos de discriminação e exclusão sistêmica. A UNILAB e a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) são apresentadas pela palestrante como inseridas em uma rede antidiscriminatória, que luta pela efetivação de ações afirmativas e de políticas públicas reparatórias de discriminações sofridas.

Pensar as graduações e pós-graduações, pensar os projetos políticos pedagógicos em universidades nas quais as ações afirmativas são implementadas implica pensar outras epistemologias. Complementarmente, ambientes pluriépistêmicos fazem emergir espaços de múltiplos saberes,

o que, por sua vez, enriquece saberes e fazeres tornados plurais a partir de uma inserção horizontalizada, e respeitosa, de sujeitos plurais.

As ações afirmativas devem ser protegidas juridicamente e ser pensadas como integrando uma rede que promove o acesso e que também favorece o acolhimento a trajetórias e pensamentos diversos, bem como a articulação de instâncias institucionais que se responsabilizem pela efetivação dessas políticas. Neste sentido, a palestrante faz a defesa de que as ações afirmativas inscrevem no cenário onde são aplicadas uma potente rede, que tece política, teoria e afetividade.

A mobilização da temática *Educação, Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade* despertou para a importância de seguir em luta por direitos, neste novo contexto político comprometido com princípios democráticos. Estes primeiros dias de reconstrução democrática alimentaram a esperança de alcance de uma sociedade mais igualitária, mais justa e mais participativa. A educação, em todos os níveis, é também um ato político e deve se permitir ser transformada pelas presenças plurais, tornadas possíveis por meio das ações afirmativas, com seu incontestável potencial para a efetiva promoção da igualdade.